

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO E PERÍCIA AMBIENTAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO E PERÍCIA AMBIENTAL

DISCIPLINA: AUDITORIA E PERÍCIA AMBIENTAL
RESUMO
Segundo Maia Neto (2012), as auditorias ambientais surgiram no final da década de 1970 nos Estados Unidos da América, onde as empresas as adotaram voluntariamente como uma ferramenta de gerenciamento para identificar antecipadamente os problemas causados por suas operações. As auditorias eram vistas como uma forma de reduzir custos com eventuais correções onerosas. Submetendo-se às auditorias, as empresas se preparavam para as inspeções da Environmental Protection Agency (EPA), porém, segundo Freitas (2001), o papel da EPA em relação à auditoria ambiental foi se modificando ao longo do tempo.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO CONCEITO E MOTIVAÇÃO OBJETIVO DA AUDITORIA BENEFÍCIOS E DIFICULDADES NORMAS DE AUDITORIA
AULA 2 INTRODUÇÃO ATORES ENVOLVIDOS NA AUDITORIA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE DE AUDITORIA RESPONSABILIDADE ÉTICA AUDITORIA INTERNA
AULA 3 INTRODUÇÃO EXECUÇÃO DA AUDITORIA NÃO CONFORMIDADES DE AUDITORIA EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA RELATÓRIO DE AUDITORIA
AULA 4 INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA A PERÍCIA COMO MEIO PRODUTOR DE PROVA OBJETIVOS DA PERÍCIA PERITO JUDICIAL AMBIENTAL COMO AUXILIAR DA JUSTIÇA
AULA 5 INTRODUÇÃO FORMULAÇÃO DE QUESITOS QUESITOS SUPLEMENTARES E ESCLARECIMENTOS O CONTEÚDO DO LAUDO PERICIAL AS MELHORES PRÁTICAS PARA ELABORAÇÃO DE UM BOM LAUDO PERICIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
HISTÓRICO
BASE LEGAL
A QUEM SE APLICA
DESENVOLVIMENTO DA AUDITORIA

BIBLIOGRAFIAS

- JUCHEM, P. A. Introdução à gestão, auditoria e balanço ambiental para empresas. Curitiba: Faculdade Católica de Administração e Economia – Centro de Desenvolvimento Empresarial, 1995.
- FREITAS, C. G. L. (Coord.). Habitação e meio ambiente – Abordagem integrada em empreendimentos de interesse social. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2001.
- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001: sistema de gestão ambiental: especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 1996a.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

RESUMO

Esta disciplina foi dividida em temas relevantes para compreender como a gestão das ações que envolvem os recursos naturais foi preconizada pelo mundo com base em legislações ambientais, que também se concretizaram na América do Sul e, especificamente, no Brasil. Desse modo, as etapas abordarão os seguintes temas: fundamentos da gestão ambiental; aspectos ecológicos, econômicos e sociais; métodos, técnicas e tecnologias aplicados à gestão ambiental; políticas e direito ambiental sob a perspectiva da gestão ambiental; os principais aspectos da aplicação da gestão ambiental no Brasil; impactos ambientais contemporâneos e a gestão ambiental e impactos ambientais sobre a qualidade das águas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PRINCÍPIOS DA ECOLOGIA
CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
ECONOMIA E MEIO AMBIENTE
ÉTICA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

AULA 2

INTRODUÇÃO
ABORDAGEM INTEGRADA DE MÉTODOS E TÉCNICAS PARA PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL
GESTÃO AMBIENTAL E TOMADA DE DECISÕES
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCO
GEOTECNOLOGIAS E MODELAGEM AMBIENTAL ASSOCIADAS À GESTÃO AMBIENTAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
MARCOS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO
CONCEITOS IMPORTANTES: UMA APROXIMAÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA
INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO BRASIL: PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL E O
ZONEAMENTO AMBIENTAL
INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO BRASIL: AIA, EIA/RIMA E UC

AULA 4

INTRODUÇÃO
SETOR PRODUTIVO E EMPRESARIAL E GESTÃO AMBIENTAL
QUESTÃO EMPRESARIAL NO BRASIL
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÂMBITO EMPRESARIAL NO BRASIL
PRODUÇÃO MAIS LIMPA E ECOEFICIÊNCIA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
ASPECTOS GERAIS SOBRE POLUIÇÃO
POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR NO BRASIL
IMPACTOS AMBIENTAIS NO ESPAÇO RURAL
A ATUAÇÃO DO GEÓGRAFO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

AULA 6

INTRODUÇÃO
POLUIÇÃO DAS ÁGUAS
TRATAMENTO DOS EFLUENTES: DOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS
INDICADORES DE QUALIDADE: ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS (IQA)
ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

BIBLIOGRAFIAS

- PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Ed.). Curso de gestão ambiental. 1. ed. Barueri: Manole, 2004.
- QUINTAS, J. S. Introdução à gestão ambiental pública. 2. ed. rev. Brasília: Ibama, 2006.
- BANDO DO BRASIL et al. Carta de princípios para o desenvolvimento sustentável. 1 f. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/protocolo_verde_carta_de_intenes_1995.pdf.

DISCIPLINA:

DIREITO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

Em nossa disciplina, vamos conhecer os princípios e conceitos mais importantes do direito ambiental e as principais legislações brasileiras aplicadas à proteção do meio ambiente. Iniciaremos nossas primeiras aulas conhecendo a história do direito ambiental brasileiro e o contexto histórico em que ela se encaixa. Em seguida, abordaremos seus conceitos e princípios. Estudaremos a fundo a Política Nacional do Meio Ambiente e seus principais instrumentos de aplicação, como o licenciamento ambiental. Posteriormente, vamos conhecer os instrumentos legais para a proteção da fauna, flora, recursos hídricos, meio terrestre e meio atmosférico. Lembre-se de que a legislação brasileira está em constante atualização. Assim, é necessário sempre estar atento às mudanças que ocorrem tanto no cenário nacional quanto em cenários estadual e local.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL
DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO
DIREITO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO
PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO AMBIENTAL

AULA 2

INTRODUÇÃO
RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS
REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL
A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA AMBIENTAL
O SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

AULA 3

INTRODUÇÃO
AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS
LICENCIAMENTO AMBIENTAL
PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL
ZONEAMENTO AMBIENTAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS
CRIMES CONTRA A FAUNA E A FLORA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E ENQUADRAMENTO
OUTORGA DE USO, COBRANÇA E SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS
POLÍTICA NACIONAL DO SANEAMENTO BÁSICO
NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO

AULA 6

INTRODUÇÃO
INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE
ZONEAMENTO INDUSTRIAL
RESÍDUOS SÓLIDOS
OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

BIBLIOGRAFIAS

- THOMÉ, R. Manual de direito ambiental. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- ASSUNÇÃO, T. Direito ambiental internacional. Curitiba: Contentus, 2020.

DISCIPLINA: LICENCIAMENTO AMBIENTAL
RESUMO
A disciplina de Licenciamentos Ambientais aborda vários temas, entre os principais, podemos destacar: avaliação e planejamento ambiental; avaliação de impacto ambiental; licenciamento ambiental ; controle e monitoramento ambiental; fiscalização e instrumentos de gestão ambiental e planejamento e gestão de áreas protegidas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO HISTÓRICO IMPACTO E DANO AMBIENTAL ATIVIDADES SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
AULA 2 INTRODUÇÃO SISTEMAS DE GESTÃO CONAMA MINISTÉRIO PÚBLICO INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL ASSOCIADOS
AULA 3 INTRODUÇÃO CONDICIONANTES AMBIENTAIS MODELOS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS ANÁLISE DE RISCO CADASTRO AMBIENTAL RURAL
AULA 4 INTRODUÇÃO LICENÇA PRÉVIA LICENÇA DE INSTALAÇÃO LICENÇA DE OPERAÇÃO MONITORAMENTO AMBIENTAL
AULA 5 INTRODUÇÃO SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PROJETOS URBANÍSTICOS CONSTRUÇÃO CIVIL AQUICULTURA
AULA 6 INTRODUÇÃO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL ÁREA DE INFLUÊNCIA

PROGNÓSTICO AMBIENTAL RIMA
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• MILARÉ, É. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.• SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.• CUNHA-SANTINO, M. B.; BIANCHINI JÚNIOR. Ciências do Ambiente: conceitos básicos em ecologia e poluição. São Paulo: Edufscar, 2010.
DISCIPLINA: PLANEJAMENTO URBANO
RESUMO
A maior parte da população brasileira mora nas áreas urbanas. Seguindo uma tendência mundial, a aglomeração nos grandes centros potencializa uma série de problemas, principalmente quando as condições socioeconômicas não são favoráveis. Na realidade brasileira, uma significativa parcela da população enfrenta diretamente as consequências dessa situação, como a existência de um ineficiente saneamento básico, a precariedade na mobilidade urbana, a falta de moradias, entre muitos outros problemas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO O ESTATUTO DA CIDADE SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES CIDADES INTELIGENTES DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES: UMA NORMA DA ABNT
AULA 2 INTRODUÇÃO ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES CONTRIBUIÇÃO PARA AS CIDADES MÉTODO COMPOSTO PARA AVALIAÇÃO DE FLORESTAS URBANAS A INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS VERDES COM ESPAÇOS URBANOS GESTÃO DA FAUNA URBANA
AULA 3 INTRODUÇÃO A LEI N. 12.587/2012 PRINCÍPIOS DA MOBILIDADE URBANA MOBILIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL BOAS PRÁTICAS EM MOBILIDADE URBANA
AULA 4 INTRODUÇÃO PANORAMA DO RESÍDUO SÓLIDO NAS CIDADES BRASILEIRAS AS LEIS AMBIENTAIS APLICADAS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATERROS SANITÁRIOS E LIXÕES
BONS EXEMPLOS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

A OFERTA DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O PROBLEMA DO ESGOTO NAS CIDADES BRASILEIRAS

ENCHENTES E INUNDAÇÕES

O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)

BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

QUAIS SÃO OS DESAFIOS DAS CIDADES?

O CRESCIMENTO DAS CIDADES E A PERIFERIZAÇÃO

PLANO DIRETOR

BASE PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

COMO CONSTRUIR CIDADES SUSTENTÁVEIS?

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Desenvolvimento sustentável de comunidades. São Paulo; Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/noticias/5103-desenvolvimento-sustentavel-decomunidades>.
- CAVALCANTI, C. B. Política nacional de desenvolvimento urbano: programa de reabilitação de áreas urbanas centrais. Brasília: Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100705oficinamobildadei.phan.pdf>.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

DISCIPLINA:

DANOS AMBIENTAIS E ÔNUS FINANCEIRO

RESUMO

Ao longo do tempo, o homem usou os recursos naturais ignorando o fato de que eles eram escassos, simplesmente porque imaginava essa escassez algo muito distante de sua vida. O ar, a água, os rios e os oceanos, o solo e o subsolo, os minérios, as espécies vegetais e animais, os ecossistemas, a estratosfera, tudo isso era chamado pelos economistas de bens livres, pois eram tidos como bens abundantes, disponíveis e acessíveis a todos, sem custo. No entanto, após a segunda metade do século XX, a humanidade se deu conta de que esses recursos ambientais já não eram tão abundantes e que a ausência de qualquer um deles seria suficiente para extinguir a vida no planeta. Surgiu, então, a Economia Ambiental. Nesta disciplina será feito um estudo revelando o que o homem causou ao meio ambiente e, as suas consequências, tanto ambientais quanto financeiras. O ar, a água, os rios e os oceanos, o solo e o subsolo, os minérios, as espécies vegetais e animais, os ecossistemas, a estratosfera, tudo isso era chamado pelos economistas de bens livres, pois eram tidos como bens abundantes, disponíveis e acessíveis a todos, sem custo. No entanto, após a segunda metade do século XX, a humanidade se deu conta de que esses recursos ambientais já não eram tão abundantes e que a ausência de qualquer um deles seria suficiente para extinguir a vida no planeta. Surgiu, então, a Economia Ambiental. E,

nesta disciplina, será feito um estudo revelando o que o homem causou ao meio ambiente e, as suas consequências, tanto ambientais e, conseqüentemente a isso, financeiras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIO ORIENTADORES DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

PASSIVOS E DANOS AMBIENTAIS

PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO DOS DANOS

PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

AULA 2

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS DA POLÍTICA AMBIENTAL

INSTRUMENTOS DE COMANDO E CONTROLE

INSTRUMENTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS

IMPOSTOS E LICENÇAS NEGOCIÁVEIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

EIA/RIMA

IMPACTO AMBIENTAL

AValiação Ambiental Estratégica

AIA NO BRASIL

AULA 4

INTRODUÇÃO

DANO AMBIENTAL

RESTAURAÇÃO AMBIENTAL OU RESTAURAÇÃO IN NATURA

COMPENSAÇÃO ECOLÓGICA

PROCESSO CIVIL AMBIENTAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DA FAUNA E DA FLORA

INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO SOLO

OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

AULA 6

INTRODUÇÃO

MÉTODOS DE FUNÇÃO DE PRODUÇÃO

MÉTODOS DA FUNÇÃO DA DEMANDA

GESTÃO AMBIENTAL PARA O RETORNO DO INVESTIMENTO FINANCEIRO

EXEMPLOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS

BIBLIOGRAFIAS

- BRAGA, B. et al. Introdução à engenharia ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

- MAZZAROTTO, A.; BERTÉ, R. Gestão Ambiental no mercado empresarial. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- PHILLIPI JUNIOR, A.; ROMÉRIO, M. A; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2014.

DISCIPLINA:
ÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
RESUMO
O desenvolvimento sustentável implica a relação adequada entre o meio ambiente, a justiça social, a viabilidade econômica e a ética e, para tanto, o PNDU, num processo intergovernamental, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que resultou, em 2015, num documento denominado Transformando nosso mundo – Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com objetivo de promover o desenvolvimento humano sustentável, a paz universal e a erradicação da pobreza. Esses documentos ou planos de ação resultaram da juntada e aperfeiçoamento de planos anteriores e constituem o fortalecimento do desenvolvimento sustentável nos dias atuais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O COMÉRCIO MUNDIAL E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS A MUDANÇA NA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE AS AÇÕES DE GREENWASHING E A ÉTICA NO COMÉRCIO GLOBAL A ECO-92 E A RIO + 20
AULA 2 INTRODUÇÃO TRÊS ÂMBITOS DE DESENVOLVIMENTO SEIS EIXOS TRANSVERSAIS O QUE SÃO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL? OS 17 ODS
AULA 3 INTRODUÇÃO ODS, AÇÃO E ACOMPANHAMENTO NEGOCIAÇÕES DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015 TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO – A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL APRENDENDO COM OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)
AULA 4 INTRODUÇÃO OBJETIVO 12 – GLOBAL REPORTING INITIATIVE OBJETIVO 8 – INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL ETHOS OBJETIVO 8 – A CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO. RESPONSABILIDADE SOCIAL, O GLOBAL COMPACT
AULA 5 INTRODUÇÃO

OBJETIVO 11: CIDADES RESILIENTES
OBJETIVO 7: GERAÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL E LIMPA
OBJETIVO 6: A OFERTA DE ÁGUA
OBJETIVO 6: O PROBLEMA DO SANEAMENTO BÁSICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

SAÚDE E BEM-ESTAR ÁGUA DOCE

VIDA NA ÁGUA E TERRESTRE - A PROTEÇÃO DA FLORA, DA FAUNA E DA PESCA

OBJETIVO 15 – PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

OBJETIVO 2 – PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

BIBLIOGRAFIAS

- PCS – PORTAL DA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.csustentavel.com/quem-somos/>.
- RELATÓRIO revela impactos do comércio mundial no meio ambiente. UNEP, S.d. Disponível em: <http://web.unep.org/relat%C3%B3rio-revela-impactos-docom%C3%A9rcio-mundial-no-meio-ambiente>.
- CONAR – CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA. Disponível em: <http://www.conar.org.br/>.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE MANEJO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

RESUMO

O termo ecologia é muito comentado na atualidade. Está, com certeza, entre os temas preferenciais de muitas conversas, porque pode afetar a nossa vida e a de todos os seres vivos do nosso planeta. Mas você realmente sabe o que é ecologia e o que ela estuda? Vamos discutir um pouquinho mais sobre isso?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 À AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEIO 4

BIBLIOGRAFIAS

- DAJOZ, R. Princípios de ecologia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- ODUM, E. P. Fundamentos de ecologia. 5. ed. São Paulo: Thomas Learning, 2007.

DISCIPLINA:

SANEAMENTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

RESUMO

Em nossa disciplina, vamos trabalhar com os conceitos iniciais sobre meio ambiente na perspectiva da relação com o saneamento. Para isso, vamos ver o que significa saneamento e qual a sua relação com a sustentabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

O QUE É SANEAMENTO?

OS COMPARTIMENTOS AMBIENTAIS E A IMPORTÂNCIA PARA VIDA

ÁGUA

AR

SOLO

AULA 2

INTRODUÇÃO
RECURSOS HÍDRICOS: SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS
ESTADO ATUAL DA QUALIDADE DA ÁGUA NO MUNDO
ÁGUA NO CONTEXTO BRASILEIRO
DISPONIBILIDADE E ACESSIBILIDADE AOS RECURSOS HÍDRICOS
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
PERSPECTIVA HISTÓRICA DO SANEAMENTO
SITUAÇÃO BRASILEIRA
PRINCIPAIS FENÔMENOS DE POLUIÇÃO
EUTROFIZAÇÃO
ESGOTO E RESÍDUOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
LIXÕES E ATERROS SANITÁRIOS
MEDIDAS DE CONTROLE DE POLUIÇÃO EM CORPOS-D'ÁGUA SUBTERRÂNEOS
PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)
A PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA
ÁREA DO SANEAMENTO

AULA 5

INTRODUÇÃO
REÚSO DE ÁGUAS
ÁGUAS RESIDUAIS EM SISTEMAS URBANOS E SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS
ÁGUAS RESIDUAIS E OS ECOSISTEMAS
IMPACTOS NA SAÚDE AMBIENTAL
SANEAMENTO EM ÁREAS IRREGULARES

AULA 6

INTRODUÇÃO
SANEAMENTO E A SAÚDE DA POPULAÇÃO
AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 6
POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO SANEAMENTO
AMBIENTAL
DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SANEAMENTO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 jan. 2007.
- ENGELBRECHT, N. 1991: Erupção do Pinatubo. Deutsche Welle, Calendário Histórico, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1991-erupção-dopinatubo/a-318985>.
- TEIXEIRA, W. et al. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

DISCIPLINA: GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS
RESUMO
Nos últimos anos, muito foi feito sobre a sustentabilidade e a preocupação sobre a proteção do meio ambiente, o que motivou a sociedade a buscar caminhos para o desenvolvimento sustentável. Ações orientadas por esta ideia têm influenciado organizações em muitos níveis. É necessário que os gestores não encarem as questões socioambientais como obstáculos para o desenvolvimento da empresa, mas sim como uma oportunidade, pois o gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais das organizações tornam-nas mais eficientes. Nesta aula, comentaremos sobre os princípios do direito ambiental, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e toda a suas contribuições para a preservação, por criar mecanismos para que a sociedade possa controlar os aspectos e impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento econômico. Cabe salientar que todas as atividades, de alguma maneira, geram impactos negativos e tem algum potencial poluidor. Por esta razão, deve-se garantir, que quando sejam significativos, os seus processos sejam controlados pelo gerenciamento dos seus impactos ambientais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO AVALIAÇÃO DE IMPACTO: CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS APLICADOS AO MEIO AMBIENTE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (PNMA): BASE PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO E RISCO AMBIENTAL AVALIAÇÃO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
AULA 2 INTRODUÇÃO O LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NO AMBIENTE CORPORATIVO IMPLANTAR UM SISTEMA DE GESTÃO PARA CONTROLE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL
AULA 3 INTRODUÇÃO IMPACTOS AMBIENTAIS E ÁREAS DE FRAGILIDADE: BACIAS HIDROGRÁFICAS IMPACTOS AMBIENTAIS E ÁREAS DE FRAGILIDADE: BACIAS HIDROGRÁFICAS IMPACTOS AMBIENTAIS E A PROTEÇÃO DA FLORA E FAUNA PRESERVAÇÃO DO SOLO BRASILEIRO E PRÁTICAS DE CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS
AULA 4 INTRODUÇÃO RISCOS E DANOS AMBIENTAIS: CAUSAS E SOLUÇÕES DANO AMBIENTAL: CONCEITOS, VALORAÇÃO E AVALIAÇÃO REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)

PLANO DE EMERGÊNCIA

MODELO SIMPLIFICADO DE UM PLANO DE EMERGÊNCIA

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA RISCOS CLIMÁTICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

METODOLOGIAS APLICADAS À GESTÃO DE RISCOS

ANÁLISE PRELIMINAR DE PERIGOS

ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS (APR)

ANÁLISE DOS MODOS DE FALHA E EFEITOS (FMEA)

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 237, de 19 de Dezembro de 1997.
- CAPRA, FRITJOF. Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável. 4ª ed. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP: Editora Pensamento-Cultrix Ltda., 2005.
- SÁNCHEZ, LUIS ENRIQUE. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos / Luis Enrique Sánchez. -- 2. ed. -- São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

DISCIPLINA:

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL AMBIENTAL

RESUMO

As questões ambientais passaram a permear nossas vidas. Nas últimas décadas, tornou-se cada vez mais presente a reflexão do quão importante é, nessa área, uma mudança de postura e de pensamento de toda a sociedade. Inúmeras questões relacionadas ao meio ambiente têm a ver com o dilema: como suprir as necessidades e, ao mesmo tempo, conservar ou produzir novos recursos, sem esgotar ou poluir o meio em que vivemos? Devemos refletir a respeito das prioridades, das consequências das escolhas que fazemos e dos efeitos que elas causam ao meio ambiente. Para a exploração dos recursos, passamos a utilizar parâmetros estabelecidos por estudos científicos e a apostar na educação ambiental. O ato de consumir deve ser repensado e planejado por toda a cadeia produtiva, que termina na destinação correta do produto consumido – enviado para reciclagem ou para aterros controlados e preparados para receber o material, desde que não se tenha outra forma de descarte.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A ECONOMIA E O MEIO AMBIENTE

AUMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE ITENS INDUSTRIALIZADOS

GLOBALIZAÇÃO

FORMAS DE POLUIÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO E DO POLUIDOR PAGADOR

PRINCÍPIOS DA SADIJA QUALIDADE DE VIDA E DO USUÁRIO PAGADOR

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO
PRINCÍPIOS DA REPARAÇÃO E DA INFORMAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE O DANO AMBIENTAL
OBRIGAÇÃO AMBIENTAL
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
SANÇÕES RESTRITIVAS DE DIREITO
RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL
RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
CRIME
AÇÃO E PROCESSO PENAL AMBIENTAL
CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES
CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES

AULA 6

INTRODUÇÃO
CRIMES CONTRA A FLORA
POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS
CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIAS

- IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- _____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.

DISCIPLINA:

ELABORAÇÃO DE LAUDOS PERICIAIS E DE NÃO CONFORMIDADE

RESUMO

A perícia é uma ferramenta prevista em lei e criada para auxiliar o juiz responsável por um determinado processo a produzir as provas necessárias à formação de seu convencimento, o qual será formalizado em uma sentença, no final do processo. Assim como todos os procedimentos de um processo judicial, a perícia é regulada por uma única lei, a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, popularmente conhecida como novo Código de Processo Civil, que traz um capítulo específico (XII) para tratar dos meios de prova que as partes litigantes em um processo judicial podem se valer para provar a verdade dos fatos, entre os quais se inclui a perícia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA
A PERÍCIA JUDICIAL
O PERITO JUDICIAL COMO AUXILIAR DA JUSTIÇA
A PERÍCIA AMBIENTAL

AULA 2

INTRODUÇÃO
NOMEAÇÃO DO PERITO E ESCOLHA DOS ASSISTENTES TÉCNICOS
SUBSTITUIÇÃO DO PERITO
PROPOSTA DE HONORÁRIOS
PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
O PAPEL DO PERITO EM RELAÇÃO AOS QUESITOS
QUESITOS SUPLEMENTARES E ESCLARECIMENTOS
O CONTEÚDO DO LAUDO PERICIAL
AS MELHORES PRÁTICAS PARA ELABORAÇÃO DE UM BOM LAUDO PERICIAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
EXECUÇÃO DA AUDITORIA
NÃO CONFORMIDADES DE AUDITORIA
EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA
RELATÓRIO DE AUDITORIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
INSTRUMENTOS DE APOIO
OBJETIVIDADE
REFERENCIAL TEÓRICO
SIMPLICIDADE E DIDATICIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO
INSTRUMENTOS DE APOIO
OBJETIVIDADE REFERENCIAL TEÓRICO
SIMPLICIDADE E DIDATICIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. Novo curso de processo civil: teoria geral do processo. São Paulo: RT, 2015 v.1.
- BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 16 março. 2015. Disponível em: http://http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm.

- SANTOS, P. O. Jurisdição: considerações acerca do seu conceito, características, princípios inerentes e "espécies". Portal Conteúdo Jurídico. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,jurisdicao-consideracoes-acerca-doseu-conceito-caracteristicas-principios-inerentes-e-especies,49465.html>.

